2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Da mesma forma como as evoluções e revoluções sociais tiveram impacto sobre o aprimoramento da forma do livro e, conseqüentemente, sobre a relação do homem com este objeto, também o campo de estudos da Teoria da Literatura repercutiu estas mudanças, fazendo com que as possibilidades de análise do texto literário e da relação texto-leitor passassem a englobar, a partir da segunda metade do século XX, questões anteriormente ignoradas e que, a partir das novas perspectivas, situam o processo literário e a experiência da leitura como fenômeno historicamente integrado à sociedade e que se transforma junto com ela.

Até meados da década de 1960, os estudos de Teoria da Literatura tinham como foco principal a análise da configuração verbal e estrutural do texto literário. As configurações territoriais do mundo e das sociedades eram mais evidenciadas e facilmente reconhecíveis, assim como os métodos de produção, as ideologias e as estratificações sociais. Tudo isso se reflete nas correntes de estudos literários da época. Seja em teorias formalistas ou em teorias marxistas, estruturalistas ou pós-estruturalistas, os modelos de comunicação textual são vistos numa ótica em que a focalização incide sobre o texto, em seu aspecto verbal, como se sua existência mantivesse uma independência durante o processo comunicativo. As mudanças políticas e sociais que começam a ocorrer no cenário mundial, a partir dos anos de 1960/70, inauguram uma configuração totalmente nova da sociedade e obrigam a repensar e rearticular as relações do mundo em uma esfera muito mais complexa. As certezas objetivas da ciência do século XIX não são mais suficientes para explicar o funcionamento do mundo e nas mais diversas áreas de conhecimento começam a surgir teorias e formas de pensamento baseadas em hipóteses relativistas e na multiplicidade de olhares e interpretações de um mesmo objeto. Este chamado despertar epistemológico, em sintonia com a teoria da relatividade de Einstein, por exemplo, com as experiências de relatividade do observador científico, as propostas filosóficas de T. S. Kuhn e a filosofia da *gestalt* articula-se em torno de um pressuposto comum que situa o observador como co-construtor ativo nos atos de percepção e processos do conhecimento.

A literatura não está indiferente a estes movimentos e passamos a considerar a importância da relação do indivíduo com os livros e sua participação ativa na construção de sentido do texto literário.

2.1 MODELOS TEÓRICOS INTERATIVOS

E, contudo, em cada caso é o leitor que lê o sentido; é o leitor que confere a um objeto, lugar ou acontecimento uma certa legibilidade possível, ou que a reconhece neles; é o leitor que deve atribuir significado a um sistema de signos e depois decifrá-lo. Todos lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar, é a nossa função essencial. (MANGUEL, 2002, p.18)

No campo dos estudos literários, a Universidade de Constança, na Alemanha, foi o cenário inicial de transformações de grande impacto sobre os pressupostos que orientam as pesquisas no campo da teoria literária. Foi nesta universidade que o professor Hans Robert Jauss apresentou, em 1967, o seu projeto inovador da Estética da Recepção. A proposta de Jauss visa uma mudança de foco na análise do processo literário – do texto, como estrutura verbal formalmente estática, para o leitor, agente participativo do processo de comunicação. A insatisfação de Jauss com os modelos até então aceitos pelas correntes de estudos da literatura visando primordialmente conceitos como "vida e obra" e o estudo dos cânones reflete um momento histórico e se enquadra no espírito do movimento universitário da época – ativo, consciente e contestador de questões e valores enraizados e, até então, inquestionados. Uma nova consciência nascia nos campos de construção do saber que não se limitava às ciências humanas e, junto com ela, uma geração motivada pela busca da liberdade e democracia, pelo comprometimento com questões humanitárias e pela aceitação da diversidade e da multiplicidade cultural, racial e nacional.

Jauss aparece assim como um dos principais e primeiros teóricos a ressignificar o campo de atuação dos estudos literários, situando o processo da leitura em um contexto historicamente

marcado e passível de múltiplas concretizações, decorrentes da relação estabelecida entre texto e leitor. Para ele, o texto literário deve ser visto como um produto vivo cujo sentido se concretiza de acordo com a recepção do leitor que o lerá sob a ótica vigente em determinado contexto social e histórico (JAUSS, 1996). Este pensamento abre uma perspectiva inovadora para os estudos do texto literário como organismo que responde ao estímulo da leitura, sendo o leitor o agente desta transformação. A partir de então, os estudos literários começam a abrir diversas frentes de pesquisa, levando em consideração a articulação entre uma perspectiva subjetiva e um horizonte de expectativa social e culturalmente instituído.

Se antes o estudo do texto literário obedecia a regras comunicativas a-históricas invariáveis, o processo de leitura passa a ser trazido para a esfera das ciências humanas, onde as perspectivas psicológicas, históricas e sociais ocupam um espaço central em detrimento da primazia anterior dos métodos formais de análise. O que parece muito mais adequado já que, como disse Borges, o livro é o instrumento mais importante já inventado pelo homem pois explora o rico e fértil território da imaginação, característica única do ser humano.

Paralelamente às pesquisas de Jauss, Wolfgang Iser desenvolvia a sua Teoria do Efeito Estético que, abordando a questão da leitura também sob a ótica da relação texto-leitor, esmiuçava as possibilidades de construção narrativa e seu impacto na construção de sentido. (ISER, 1999)

Quando o teórico publica, em 1976, *Der Akt des Lesens (O ato da leitura)*, consolida-se um momento fundamental na teoria da literatura. A sua análise do processo interativo literário abriria as portas para todo um universo de investigação científica completamente novo no campo dos estudos literários, partindo de um olhar amplo, complexo e radicalmente diferente dos modelos até então em vigor a partir do questionamento do texto literário como elemento esgotável em si, isolado de seu processo comunicativo.

Neste sentido, o fenômeno literário passa a ser analisado sob uma ótica muito mais abrangente, fruto de uma rede de conexões e articulações entre diversos agentes atuantes em etapas distintas do chamado sistema literário. Iser abriu, de certo modo, as portas para uma série

de pesquisadores e estudiosos da teoria da literatura que colaboraram para se pensar a vida literária dentro de um contexto social e histórico complexo em que a articulação entre produção e recepção adquire igual importância na compreensão do processo de leitura.

Como um dos primeiros teóricos a tratar do texto literário sob este novo enfoque, a preocupação central na obra de Iser incide sobre a relação entre texto e leitor e sobre as articulações internas do texto literário capazes de produzir condições que estimulam e desafiam a imaginação do leitor, configurando assim o contexto propício à construção de significados e à concretização do texto, fundadas sobre processos interativos.

Neste âmbito, Iser propõe pensar esta relação sob uma nova ótica em que o texto passa a ser visto como organismo vivo, simbolicamente estruturado para ativar processos perceptivos e imaginativos no leitor. A relação texto-leitor adquire, deste modo, uma característica dinâmica e flexível, onde o diálogo interativo é a peça-chave na construção de sentidos historicamente variáveis do texto literário. Para que esta relação participativa possa ocorrer durante a leitura, é preciso que o texto ative mecanismos de significação na mente do leitor. Para entendermos como essa ativação se dá, é preciso primeiro compreender sob que condições de interatividade se dá a situação de comunicação entre texto e leitor.

Partindo deste princípio, Iser busca as bases teóricas para estruturar seus modelos de análise nas pesquisas da teoria dos modelos de interação, estudada pela psicologia social, nomeadamente a partir dos conceitos da interação diádica expostos por Edward E. Jones e Harold B. Gerard em seu *Foundations of social psychology* (1967). (ISER, 1999, v.2, p.97). O estudo desenvolvido por Gerard e Jones tem como proposta analisar, com base em tipos de contingência, a complexa estrutura seqüencial de possibilidades que ocorre durante o processo interativo de conversação entre duas pessoas. A questão central deste estudo consiste em analisar não a influência do conteúdo da conversa sobre a reação dos participantes mas sim até que ponto o comportamento e as expectativas de cada um interfere no comportamento do outro determinando, assim, o tipo de interação que se estabelece durante este encontro. Em outras palavras, de que forma a contingência, nascida da interação, determina o rumo desta mesma interação. Gerard e Jones delineam quatro tipos de contingência: a *pseudocontingência*, quando

os participantes conhecem o "plano de conduta" previamente estabelecido do outro e, portanto, conseguem prever a reação do outro indivíduo agindo de forma previsível, como em um roteiro bem encenado, eliminando a contingência. No caso da *contingência assimétrica*, ocorre uma desistência por parte de um dos participantes, que passa a seguir o plano de conduta estabelecido pelo outro. Na *contingência reativa*, os planos de conduta dos indivíduos são derrubados pela contingência do momento da interação que se sobrepõe a ambos, tornando-se dominante. Por último, a *contingência mútua* ocorre quando ambos os indivíduos ajustam seus planos de conduta de acordo com o plano do outro ao mesmo tempo em que se adaptam à contingência do momento. A contingência é, portanto, elemento fundamental para a determinação dos modelos interativos pois, ao mesmo tempo que é formada pela interação, também é responsável por impulsioná-la.

Acrescentando mais uma base teórica a seu estudo, Iser apropria-se das noções de R. D. Laing no campo psicanalítico da percepção interpessoal para expor que, em uma interação, as reações de cada participante são ditadas não apenas pelo que um quer do outro mas principalmente pela maneira como um percebe o outro, ou seja, pela imagem que cada participante formou do outro. A importância destas definições para o campo da teoria desenvolvida por Iser está em mostrar que, diante da incapacidade que um participante A tem de perceber como o participante B o vê, cria-se uma lacuna na relação interpessoal que os participantes são obrigados a preencher.

Aplicando estas noções para a relação texto-leitor, Iser ressalta a incapacidade de um dos participantes da interação, o texto, de se ajustar à expectativa do outro, o leitor. "A ele (*leitor*), o texto jamais dará a garantia de que sua apreensão seja a certa." (ISER, 1999, v.2, p.102) É justamente esta falta de garantia, ou assimetria, surgida entre os participantes, que estimula e enriquece a relação, fazendo com que o leitor aja, criando projeções e representações, que são constantemente desafiadas pela estrutura do texto, sofrendo ajustes e correções, ampliando assim a experiência do leitor para algo que está além de seu horizonte.

Quando o processo literário passa a ser desvendado sob esta ótica, novos recursos narrativos de controle do texto podem ser investigados e o autor não só se vê diante de

possibilidades enriquecedoras do texto mas igualmente diante da ampliação do horizonte de leitura, tornando a relação com o livro, da parte do leitor, um processo criativo dinâmico e prazeroso.

Desde os primeiros blocos de argila, marcava-se a rocha com símbolos intencionais possíveis de serem decifrados por outros. Quando lemos um texto, repetimos, de certo modo, o gesto de nossos ancestrais ao tentar reativar e restaurar o pensamento do autor ao mesmo tempo que lhe conferimos um significado novo, só nosso. Ler, neste sentido, corresponde a um diálogo com o pensamento do outro, significa navegar por suas idéias, compartilhar sensações, discordar ou contestar, tecendo a teia narrativa ao articular o repertório oferecido pelo texto na construção de sentidos sempre renovados de acordo com horizontes de expectativa variáveis.

Ao escolher a forma de configurar determinado enredo, o autor dispõe de diversos artifícios verbais e estruturais para ativar a participação do leitor e Iser esmiuça algumas destas estratégias fornecendo uma visão que nos permite compreender melhor os processos que transformam o leitor efetivamente em um co-construtor. (ISER, 1999, p.159-191)

No primeiro contato com um livro, ainda não somos leitores de sua configuração verbal; somos leitores de sua forma, que se oferece à nossa percepção de forma concreta através da visão e do tato, iniciando a nossa experiência. Trata-se de uma etapa prévia ao mergulho no texto. Assim, a nossa primeira aproximação é sensorial e por isso é fascinante que as mesmas teorias que regem os processos de percepção visual – que nada mais são que leituras da representação da forma – sejam usadas por Iser como base para a constituição do repertório de sua teoria das estratégias de representação do texto. Assim como na teoria da literatura as pesquisas sobre a recepção revolucionaram a maneira de se pensar o texto literário, no campo da psicologia a teoria da *gestalt* surge com uma abordagem completamente inovadora nos estudos sobre a percepção da forma. Até então a psicologia seguia um modelo de investigação segundo o qual a mente humana percebe a totalidade de uma forma pela composição de suas partes. A noção do todo se contruía na mente do sujeito através da compreensão e associação de componentes distintos que juntos configuram o todo. A teoria da *gestalt* propõe exatamente o oposto. E justamente por isso é valiosa a sua contribuição para o estudo da relação com os livros. Segundo este novo

modelo teórico, a percepção da totalidade de uma imagem não se dá por compreensão dos elementos que a compõem, mas são, ao contrário, estes elementos que têm a sua compreensão decifrada através da totalidade a que pertencem. Ou seja, não se compreende o todo através de suas partes mas sim as partes através do todo.

"A 'fórmula' fundamental da teoria da Gestalt poderia ser expressa da seguinte maneira: existem totalidades, cujo comportamento não é determinado pelos seus elementos individuais, mas nos quais os processos parciais são eles mesmos determinados pela natureza intrínseca do todo"

(Max Wertheimer, psicólogo, um dos fundadores da teoria da *gestalt* em palestra na Kant Gesellschaft, Berlim, 1924).

Iser se apropria das concepções desenvolvidas pelo teórico e historiador de arte, Ernst Gombrich, que havia utilizado este mesmo princípio em seu livro *Art and Illusion* (1960) para os atos de compreensão nas artes plásticas. A diferença, e para a análise da relação com os livros devemos seguir pelo mesmo caminho, é que Gombrich acrescenta a este modelo de percepção as condições de recepção, buscando entender as formas de representação através destas condições. A sua teoria tenta estabelecer a relação existente entre o que chama de "esquema" e "correção". Trata-se de uma análise do processo anterior à produção do objeto criado. No ato de criar, e aqui podemos aplicar esta noção para qualquer atividade criativa de representação, o artista parte não do objeto em si, mas de um "esquema" construído mentalmente, de uma moldura conceitual formada pelo repertório de conhecimentos prévios acumulados de outras imagens e representações daquele objeto. Durante o processo criativo, ocorre então o que chama de "correção" do esquema inicial, o que equivale a um ajustamento gradual da moldura inicial à escolha particular do artista de sua forma de representação.

Iser apropria-se deste princípio elaborado por Gombrich para compreender os processos derivados das estratégias do texto literário, no entanto, propõe uma modificação que deve ser entendida do seguinte modo:

Nos textos ficcionais, a correção dos esquemas não se pode deduzir da peculiaridade de uma determinada percepção, como Gombrich postulava para as artes plásticas. Pois para o texto não há um determinado mundo objetivo, previamente dado, que seria por ele copiado. A relação do texto ficcional com o mundo só pode ser descoberta nos "esquemas" que ele traz consigo, que – como mostrou a discussão do repertório – contêm normas do mundo social e modos de representação de textos do passado, que sinalizam aquelas intenções que condicionaram a visão respectiva do mundo nos sistemas de sentido e nos textos correspondentes. Se essas condições são modificadas, a "correção" não pode mais orientar-se pelos dados perceptivos de um mundo objetivo, pois em princípio a "correção" evoca algo que no ambiente real do texto não é nem dado, nem formulado. Em consequência, a "correção" apenas se manifesta se os pontos significativos dos "esquemas" são reestruturados.

(...)

Isso significa que o objeto estético é um objeto da imaginação, que o leitor deve produzir por meio de esquemas deformados e desmentidos. Pois é a indeterminação do objeto estético no texto que torna necessária a sua apreensão pela imaginação do leitor. (ISER, Wolfgang, 1999, p.169-171)

Estes argumentos desenvolvidos por Iser nos lembram a epígrafe inicial deste trabalho, onde Borges explicita o valor maior da invenção do livro como objeto que estimula, preserva e alimenta a memória e a imaginação do homem. No entanto, o fato de explorar o campo da indeterminação e da multiplicidade de apreensões por sujeitos diferentes não significa uma abertura ilimitada do texto literário ou uma indeterminação total da imaginação do leitor durante a leitura. Neste ponto, é importante destacar o papel das estratégias textuais, que servem de guia, funcionando como linhas imaginárias a apontar caminhos possíveis, escolhidos e percorridos de forma individual e pessoal, traçando então a história em sua própria imaginação, constituindo o sentido na recepção de cada leitor.

Iser explora precisamente esta experiência quando segue nos estudos das estratégias textuais adentrando o território do que chama de relação entre primeiro e segundo planos da narrativa, apropriando-se, mais uma vez de princípios da teoria da *gestalt*. No caso do texto literário são os chamados "esquemas", como primeiro código, que orientam a leitura, que, por outro lado, ativa a capacidade imaginativa do leitor produzindo o segundo código. Neste processo de produtividade recíproca entre o primeiro e o segundo código na construção de sentido do texto forma-se a consciência receptiva do leitor.

Neste sentido, Iser vincula o processo de leitura à capacidade do leitor de perceber estratégias textuais e produzir interativamente a imensa teia de significados a partir da seleção e nova distribuição de segmentos textuais.

Neste diálogo, o contato com o texto mobiliza no leitor todo um repertório de conhecimentos prévios adquiridos em longos processos de socialização, entre eles a socialização literária, que resultam na formação de "esquemas", no sentido de Gombrich. Alberto Manguel, em seu *Uma História da Leitura*, sintetiza esta interação do seguinte modo: "Ler é cumulativo e avança em progressão geométrica: cada leitura nova baseia-se no que o leitor leu antes" (MANGUEL, 2002, p.33). Portanto, quando entramos em contato com textos, ativamos nossa bagagem cultural e emocional particular, construída em contato com um horizonte de expectativa coletivo. Trata-se de um processo em constante movimento e transformação à medida que a leitura motiva a associação contínua de novos campos referenciais.

Deste modo, ainda que vivenciemos a experiência de leitura como acontecimento único e pessoal, ela se situa em determinado momento criando circunstâncias específicas de recepção que ultrapassam o horizonte particular do leitor. Neste sentido, a seleção de elementos por cada leitor e a sua incorporação ao texto, que determinam a relação entre o primeiro e o segundo plano e contemplam todo o campo de origem e referência originais deste elemento, formam, para Iser, os pressupostos para o entendimento da relação entre texto e leitor, base do seu modelo de interação, como exemplificado em *O ato da leitura*:

Se as normas de realidades extra-textuais significam uma determinada coisa em seu sistema de referências e não podem senão significá-la doutro modo, no caso de sua despragmatização pela seleção algo inesperadamente se torna virulento. (...) Mas se o que não é significado no campo de referências se torna virulento ao ser transposto para o texto, essa significação avança para o primeiro plano, ao mesmo tempo que evoca o campo de referência. **O elemento que agora se encontra no primeiro plano só ganha seu contorno se se distancia do segundo plano, que se constitui enquanto tal porque originalmente o elemento separado fazia parte dele.** (ISER, 1999, v.1, p. 173)

Configura-se então um jogo de associações entre os planos e a leitura se transforma em movimento oscilante de projeções e concretizações determinantes para a apreensão do texto. Neste processo, a escolha de elementos do repertório particular de referências em diálogo com o texto pré-orienta a articulação entre estratégias textuais e acréscimos particulares durante a leitura e desta tensão nasce a produção do objeto estético.

O entendimento desta alternância entre os planos remete aos princípios da psicologia da percepção da imagem. Se na teoria da *gestalt* podemos descrever a relação simbiótica entre figura e fundo como base da compreensão e visualização de ambos, isoladamente, no caso da leitura mais uma variante, presente na relação entre os outros dois planos, precisa ser levada em consideração, como terceiro plano entrando em ação. Trata-se do suporte material destes jogos perceptivos: o livro em sua configuração estética e sensorial. Neste sentido, sugere o psicólogo dinamarquês Edgar Rubin, citado por Iser e, *O ato da leitura*:

Se um campo, que antes era percebido como fundo, pode ter um efeito surpreendente na primeira vez em que é percebido como figura, esse efeito se deve à nova forma, da qual o observador antes não tinha consciência e que ele agora percebe (...) Para caracterizar a diferença fundamental entre figura e fundo, é útil introduzir o contorno que há de ser definido como fronteira comum dos dois campos (...). Se dois campos estão em contato e um é percebido como figura e o outro como fundo, poderíamos caracterizar o que é imediatamente percebido pelo fato de que do contorno comum dos campos decorre um efeito em formação, que se atualiza apenas em um, ou, em maior grau em um campo do que noutro. (RUBIN, Edgar, *Visuell wahrgenommene Figuren* in ISER, 1999, v.1, p.173,)

Apropriando-se da noção de contorno analisada por Rubin e transferindo-a ao caso da leitura, podemos entender o livro, em sua constituição material, como o contorno que permite fazer a ponte entre o que se lê – nesta ótica consideramos o texto literário como provocador de sensações e ativador do imaginário – e o contexto, ou seja, toda a vida literária e a sua relação com o conjunto de sistemas sociais e culturais em ação durante o processo da leitura.

Podemos, então, supor que a conscientização da materialidade do livro provoque no leitor uma transição do olhar semelhante àquela que ocorre nos exercícios de percepção da imagem propostos pela teoria da *gestalt*, em que cada um dos participantes da relação pode assumir,

alternadamente, os papéis de figura ou fundo tendo o livro como contorno que permite o *switch* do olhar. Assim, durante o ato de ler, o texto literário pode ser considerado a figura, foco central da atenção do leitor, enquanto que o sistema literário em que está inserido é o fundo, atuando apenas como cenário situacional para que a figura se sobressaia.

No entanto, no primeiro contato com o livro, e para que o jogo se estabeleça, ocorre um processo inverso. O sistema literário funciona como figura, ponto central da relação leitor-livro, no momento em que entramos numa livraria para escolher um livro e nos encantamos com a profusão de capas multi-coloridas, com as pilhas de volumes separados por assuntos à espera de serem lidos e vitrines decoradas com cenários temáticos que remetem à pluralidade de textos existentes. Nesta relação, não é o texto literário o centro das atenções mas o livro-objeto esperando pela experiência sensorial do volume encadernado, pelo manuseio das folhas de papel, transformando em figura, neste contato, a própria materialidade do livro.

Quando a literatura deixa de ser vista apenas sob o ponto de vista da relação texto-leitor e expande seu horizonte para o universo muito mais amplo da relação indivíduo-livro-sociedade novos elementos de estudo precisam ser incorporados a esta análise. Toda a rede de relações sociais que caracterizam a vida literária – sejam elas de produção, mediação, recepção ou pós-processamento – adquire nova importância no entendimento das mais diversas atividades relacionadas com a experiência do livro, anterior à experiência de leitura de um texto literário.

2.2 PERSPECTIVAS PRAGMÁTICAS

É neste contexto que se faz fundamental a análise dos estudos do teórico Siegfried Schmidt, a partir da década de 1980, acerca de uma teoria pragmática e empírica da literatura que contemple a atuação social e cultural interdisciplinar de indivíduos que interagem de forma a constituir o chamado sistema literário.

O desenvolvimento do projeto de Schmidt visa uma abordagem do fenômeno literário sob uma perspectiva abrangente cujo foco desloca-se da análise exclusiva do texto literário abrindo espaço para a análise da literatura enquanto sistema social auto-organizável, complexo e dinâmico, regido por agentes que atuam nos processos literários de forma multi-articulada. As ações destes agentes passam a ser analisadas como determinantes na compreensão do panorama geral do sistema social da literatura e não apenas como conhecimento complementar, como frisa Heidrun Krieger Olinto:

Enquanto a abertura da literatura em relação a empréstimos de outras disciplinas – tais como filosofia, história, psicologia, lingüística, sociologia – se justificava em função de uma interpretação mais "adequada" do texto, a nova articulação com outras disciplinas se revela como orientação diferente. O contexto não é mais tematizado como perspectiva complementar da leitura de textos literários, mas a partir da investigação das atividades dos indivíduos que, em diversos níveis, lidam com fenômenos literários em situações históricas concretas. (OLINTO, 1993, p.18)

Novamente, como na proposta da teoria da *gestalt*, o pragmatismo da relação sujeito-objeto cede lugar a um modelo de análise de horizontes mais amplos onde, para que seja possível visualizar a figura de frente, precisamos compreender as articulações fundamentais que sustentam o fundo e formam o todo desta figura, no caso, o sistema literário em toda a sua dinamicidade e amplitude.

A inovação do projeto de Schmidt está em apresentar o processo literário como fruto de ações comunicativas integradas e articuladas internamente em um sistema que inteage e dialoga permanentemente com as demais atividades dos outros sistemas sociais, culturais, políticos e econômicos em vigor. Sob esta nova ótica, a análise do texto literário é possível apenas quando articulada enquanto resultado das ações interativas e multi-disciplinares operadas em conjunto pelos agentes do sistema, dentro de uma perspectiva cujo horizonte contempla fatores internos e externos que afetam os processos literários. Os estudos literários passam, então, a abarcar as relações processuais de uma vasta rede de indivíduos e sistemas e, assim, oferecem um panorama completamente novo no campo da literatura em que pressupostos teóricos articulam-se em função da análise empírica dos processos literários e as ações relacionadas a eles. (OLINTO, 2001, p.21-23)

Estas ações do sistema literário passam, assim, a ser analisadas em toda a sua extensão e, para tal, são categorizadas por Schmidt em grupos de agentes responsáveis por elos deste sistema – produção, mediação, recepção e pós-processamento.

No âmbito da *produção literária*, localiza-se o autor, que dá vida à idéia quando a transforma e verbaliza, estruturando o texto literário e abrindo as portas para os demais agentes do sistema literário.

O campo da *mediação literária* é nosso objeto de estudo central. É lá que atuam todos aqueles envolvidos na transformação do texto literário em livro e na entrega do mesmo ao público leitor. Os mediadores literários trabalham em áreas que vão desde a formatação do texto à criação e distribuição do objeto livro, ou seja, atuantes na manufatura do mesmo e responsáveis por sua concepção estrutural, conceitual, material e estética, assim como sua apresentação, distribuição e exposição ao leitor. Neste grupo estão os editores, revisores, preparadores e pesquisadores de texto, designers gráficos, ilustradores, diagramadores, produtores gráficos, agentes literários, livreiros e distribuidores. A estes profissionais cabe dar forma às idéias, trazendo-as do campo da criação do autor para o campo do mercado e tornando possível sua representação simbólica e apresentação ao leitor.

Todas as ações de mediação do sistema literário se dão no momento em que o livro, de certo modo, ainda não se transformou em livro acabado. É o momento de selecionar, entre as muitas opções à disposição, aquelas que permitem a melhor maneira de entregar o livro ao leitor – tanto sob o ponto de vista da forma como sob o ponto de vista das condições sociais, econômicas e políticas que delinham as decisões editoriais e mercadológicas. As atividades dos indivíduos envolvidos na fase de mediação são inter-dependentes e, embora muitas vezes se assemelhem ao esquema de produção em série, nem sempre o processo de produção do objeto-livro funciona automaticamente, como em uma linha de montagem, mas se caracteriza por tratamento diferenciado na passagem pelos agentes envolvidos nas várias etapas de sua produção. A relação de cada um dos mediadores literários com o texto depende diretamente de

sua interação com os demais mediadores e, de forma mais abrangente, das articulações entre o sistema literário e os sistemas sociais, econômicos e políticos vigentes.

Schmidt, ao estruturar uma teoria da mediação literária, estabelece dois tipos possíveis e distintos de ação interna deste grupo pelas quais o texto literário, inicialmente sob a forma do manuscrito do autor, é oferecido à recepção do público leitor através de situações de mediação operadas por agentes da mediação (SCHMIDT, 1982, p.124). A primeira é a ação direta de mediação. Nela, a mediação é operada fora da esfera das instituições tradicionais de publicação, distribuição e venda, ficando restrita às ações relacionadas diretamente ao autor e a grupos aos quais ele pertence, sendo descritas como "ações de comunicação literária individual". Neste tipo de mediação, usualmente o manuscrito chega ao leitor através de leituras em palestras e eventos ou pela distribuição informal por parte de grupos de amigos, familiares e conhecidos.

A segunda ação possível é a da mediação indireta, que, por envolver ações e interações entre grupos distintos de profissionais na produção do objeto livro, será nosso objeto principal de análise neste trabalho. As ações internas deste grupo de agentes abrangem um rol de atividades desempenhadas por indivíduos com papéis sociais específicos, cuja participação comunicativa detalharemos a seguir.

Dentre os agentes responsáveis pela mediação literária, o editor ocupa papel de destaque. É ele o responsável pelo desenvolvimento das respectivas ações neste plano, a partir da entrega pelo autor do texto literário original. O editor trafega na tênue margem entre produtor e receptor, pois, levando em consideração tanto as intenções autorais quanto as expectativas do pretendido leitor, lida simultaneamente com seu próprio projeto em relação ao texto. Em seu trabalho, deve ser capaz de ajustar o foco de sua atenção para que consiga entender o olhar do texto como se fosse o próprio autor, operando ajustes e modificações em vista do aperfeiçoamento do resultado final, quando o texto escrito se transforma em objeto a ser oferecido ao consumidor. Nas palavras da editora da Companhia das Letras, Heloísa Jahn:

Entre a privacidade da criação do autor e a exposição irrestrita operada por sua publicação, o livro faz um trânsito que exige determinadas providências. Delas se ocupa

o editor. Mas não apenas delas.

A principal atividade de um editor é ler. Sua aptidão pessoal é saber ler em diversos registros, sucessiva ou simultaneamente, e, ao fazê-lo, reconhecer as necessidades específicas do texto e empenhar-se em atendê-las. (JAHN, 2001, p.88).

As ações operacionais de uma editora incluem a contratação, o trabalho de formatação midiática, a distribuição e o marketing. (SCHMIDT, 1982, p.124-125). A contratação é realizada pelo editor a partir da aprovação de manuscrito que represente interesse à editora, seja por questões sócio-culturais vigentes ou por adequar-se à linha editorial pretendida. A escolha do editor também é regida por fatores estratégicos como interesse específico na promoção de determinado autor, representação em solo nacional de autor, série ou editora de sucesso mercadológico em outro país ou ascensão cultural e proeminência de atuação diante das demais editoras e do mercado em geral. A contratação prevê a atuação do editor em conjunto com o autor na preparação e ajustes do manuscrito, assim como a atuação de indivíduos do quadro interno da editora no tratamento final do texto literário original.

Em seguida, o texto passa às mãos daqueles responsáveis por formatá-lo e adequá-lo ao suporte escolhido, transformando-o no objeto livro. Nesta etapa, os designers gráficos, que serão abordados posteriormente de forma mais explícita, são os responsáveis por, utilizando-se das mídias adequadas, dar forma ao conceito, criando um produto esteticamente ajustado tanto à proposta e ao estilo do texto, quanto às supostas tendências e necessidades do mercado, oferecendo ao leitor uma experiência sensorial que, ao mesmo tempo, estimule, amplie e complemente a experiência da leitura em si. O designer gráfico, atuando juntamente com o editor, é quem idealiza o impacto do primeiro contato com o livro, através do estímulo da visibilidade, suscitando a curiosidade do futuro leitor. O projeto gráfico de um livro deve atrair o leitor e insinuar, sem entregar, o universo da narrativa presente em suas páginas. A estes agentes cabe, então, a função de desenvolver o suporte material às palavras, sendo assim responsáveis pelas decisões que definem o impacto estético pretendido pelo editor sobre o leitor.

A atuação dos agentes da mediação vinculados diretamente à editora segue determinados métodos de abordagem operacional. Em geral, trata-se de indivíduos que não estabelecem

contato direto com o leitor, sendo sua esfera de trabalho restrita a interações entre os demais agentes da mediação e, no campo da produção, o autor. No entanto, o trabalho destes profissionais influi diretamente no impacto recepcional que o livro, como produto acabado, terá sobre o leitor. A recepção pode, inclusive, ser influenciada por aspectos como a percepção que determinada editora tem aos olhos do mercado e do público, seja em função de seu histórico de atuação, seu catálogo de títulos e autores, sua qualidade estética ou sua abrangência geográfica de distribuição.

Do processo de mediação fazem parte ainda os livreiros, distribuidores, vendedores, bibliotecários e todas as demais instâncias responsáveis por disponibilizar o livro materialmente para um público leitor, cabendo a eles, portanto, a função de tornar o livro acessível ao mercado. Sendo a sua responsabilidade o primeiro contato físico com o livro, eles se tornam muitas vezes responsáveis também indiretamente pela escolha dos próprios leitores que circulam nas livrarias. Muitas vezes estimulados por um outro elo do sistema – o trabalho dos designers gráficos e ilustradores – os livreiros planejam a disposição dos livros em estandes e vitrines segundo critérios estéticos e temáticos, agrupando os livros de um mesmo grupo de interesse ao redor de objetos e imagens com pretensão de estimular o imaginário do leitor, em função de determinados processos associativos, tentando antecipar e reforçar caminhos percorridos na interação livro-leitor.

Por fim, ainda na esfera de atuação da mediação por parte das editoras, temos as ações do marketing, que visam informar o público de eventos e lançamentos que promovam e divulguem determinado autor, livro ou ação editorial que produza a informação a respeito do objeto livro em questão e o desejo de compra do mesmo por parte do leitor.

Para que todas as referidas ações e papéis desempenhados pelos mediadores literários sejam possíveis, é necessário um conjunto de pré-condições sociais, culturais, políticas, econômicas e mercadológicas que favoreçam e permitam a realização e a concretização destas ações. (SCHMIDT, 1982, p.128) Algumas destas pré-condições dizem respeito à conjuntura econômica e política específicas do país no momento da publicação e ao perfil da editora e do mercado de uma forma geral e a disposição para aceitação e acolhimento do livro por parte de

livreiros e distribuidores e, em última instância, do público leitor e da crítica. Da mesma forma, a editora está atenta ao cenário das artes, mídias e literatura como um todo para que o livro posicione-se em determinado contexto cultural de recepção que varia de acordo com fatores geográficos e históricos e é determinante para que o livro saia da esfera de ação da mediação e atinja o leitor.

Como palco central dos encontros e trocas entre os diversos agentes envolvidos na mediação literária encontram-se as bibliotecas e as livrarias.

As bibliotecas surgiram antes mesmo dos manuscritos e livros e eram inicialmente depósitos de suportes de registros de informação. Aos poucos foram adquirindo papel essencial na disseminação da informação que antes apenas armazenavam. Em consequência desta mudança de perfil e função, muitas bibliotecas também se transformaram em espaços mais informais de encontro. Para atrair o arisco leitor moderno, não só precisavam disponibilizar um acervo de qualidade mas seu ambiente devia ser agradável e atraente, abandonando concepções tradicionais do ambiente da biblioteca como local solene. Atualmente seu papel mais importante é o de realizar a intermediação entre livros (ou outros suportes de informação) e seus leitores. A quantidade abundante de livros publicados torna a tarefa de oferecer serviços e produtos que facilitem este encontro uma das tarefas mais complexas das bibliotecas. Como encontrar no universo praticamente incalculável de livros aquele que irá responder aos desejos de um leitor específico? Este papel de intermediação é desempenhado pela figura do bibliotecário, responsável não só pela forma mais adequada, coerente e lógica de armazenamento e catalogação dos livros como também, com seu conhecimento sobre o material disponível no acervo, pela orientação ao leitor na busca do livro desejado.

No campo da *recepção literária* estão os leitores, agentes do processo literário visados por todos os elos participativos, pois para eles e a partir deles, trabalham todos os demais indivíduos envolvidos no sistema, que em última instância são, eles também, leitores do texto literário, cada qual sob uma ótica específica estabelecida por sua função e ação participativa no sistema.

Por fim, no âmbito do *pós-processamento literário* encontramos os profissionais e estudiosos que, a partir da análise crítica do texto, e munidos com determinado repertório teórico situam o texto no conjunto das obras literárias. Igualmente, fazem parte desta área os tradutores, com a responsabilidade de transpor o texto literário de uma língua para outra, levando em conta os distintos contextos culturais. A relação destes profissionais com o texto dá-se curiosamente de duas formas paralelas e conflitantes, porque, por um lado, precisam tornar o texto acessível para um eleitorado de cultura diferente, mas devem manter-se fiéis ao estilo e à forma da língua de origem. Faz parte de sua tarefa de tradução um certo equilíbrio entre objetivos opostos.

Neste sentido, as análises investigativas de Siegfried Schmidt no panorama da teoria da literatura trazem à luz um universo ricamente constituído cuja organização estrutural interna se dá com base na própria interação entre os diferentes componentes do sistema, e de acordo com o teórico, em uma articulação semelhante à de demais sistemas sociais:

Not only do social systems rule out all forms of organization based on hierarchy, they also do not allow themselves to be governed from some privileged center. Instead, order emerges through a combination of spontaneity and planning. (SCHMIDT, 1992, p.217)

A importância dos estudos de Schmidt está justamente em ressignificar a atuação dos integrantes do processo literário ao mesmo tempo que rearticula a importância de conceitos, hierarquias e relações entre grupos de profissionais, texto literário e contextos sociais e culturais.

Se por um lado a existência do sistema literário e seus integrantes é responsável pelo nascimento de um novo olhar nos estudos de literatura, por outro, o próprio sistema também responde a este olhar na medida em que os pesquisadores e acadêmicos voltados para a teoria da literatura são, eles próprios, elos do sistema e portanto, participantes ativos do mesmo.

Quando os estudos de literatura passam a contemplar em sua esfera de domínio as atividades desempenhadas por profissionais envolvidos nas mais diversas etapas do processo de comunicação literária, a atividade da leitura passa a ser vista como um dos elos do sistema de

que fala Schmidt e, conseqüentemente, passa também a operar de acordo com as regras deste sistema.

A partir de então, faz-se necessário estudar e compreender todo um universo de profissionais, agentes do sistema literário, cuja participação na feitura do livro é determinante não só para o entendimento da existência e da evolução deste objeto como também para o impacto produzido pelo mesmo no público leitor. Para tal, partimos então para uma análise da evolução do livro como suporte material da escrita e sua relação com o leitor, o sistema e as sociedades ao longo dos séculos, até os dias de hoje.